



O USO INADEQUADO E OS RISCOS DOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO E COMUNIDADE SÃO JOÃO DO MONTE ALEGRE

Marcos Vinícius Ferreira da Silva
Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí
geopolitica@outlook.com

Celeni Miranda
Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí
celeni.miranda@gmail.com

Introdução

O presente relato consiste de um trabalho de campo promovido pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Jataí, realizado entre os dias 13 a 15 de junho de 2014 durante a parte prática da disciplina de “tópicos especiais em desenvolvimento rural”, onde foi visitado o assentamento rural de reforma agrária Dom Tomás Balduino e a comunidade tradicional de camponeses denominada de São João do Monte Alegre, ambas localizadas no município de Goiás (GO).

Especificamente, foi visitado três locais e estabelecido um diálogo participativo com três famílias, duas no projeto de assentamento Dom Tomás Balduino (PADTB) e uma na comunidade de São João do Monte Alegre. No primeiro, conversou-se com o presidente do assentamento e um morador com a sua esposa, todos eles relataram o seu cotidiano e as suas dificuldades, um explicou sobre a experiência com agrotóxicos no PADTB e a família falou do seu uso na produção de maracujá no lote. No segundo, dialogou-se com o presidente eleito pela comunidade e sua cunhada, o pequeno agricultor expõe sua experiência foi negativa e até mesmo quase fatal, o que colocou em risco sua saúde quando usava defensivos-químicos agrícolas, após isso passou a aderir práticas ecológicas em seus cultivos.

Essa conversação será mais detalhada no decorrer do desenvolvimento desse relato de experiência. Esse texto foi dividido em três partes, que inicialmente corresponde a essa apresentação, posteriormente, no segundo momento apresenta-se as experiências distintas dos pequenos produtores de agricultura familiar-camponesa com



os agrotóxicos e por fim as nossas considerações sobre o que nos foi exposto verbalmente por meio de diálogo, além das nossas observações de campo.

As experiências distintas com os agrotóxicos

Inicialmente, em conversa com o presidente do PADTB, ele explicou sobre a diversidade da produção alimentícia no assentamento e informou que a maioria das famílias assentadas não utilizam defensivo agrícolas em seus cultivares, com exceção de quatro famílias que recorrem a essa prática somente na produção de maracujá. Segundo informações do representante do assentamento, elas estão a fim de parar o uso de agrotóxicos por causa dos riscos de doenças. Tendo em vista essa situação, visitou-se uma gleba específica onde tal “defensivo” agrícola é aplicado.

Nesse lote, a família camponesa (com um vocabulário simples) expõe que produz alimentos para a sua subsistência e também à comercialização por meio de política pública, como a do PPA (programa de aquisição de alimentos) ou vende às empresas ligadas ao ramo alimentício. Em parte, os frutos da cultura do maracujazeiro eram destinados para a produção artesanal de doces. No entanto, o enrijecimento das leis sanitárias tornou-se um empecilho produtivo, econômico e social à família assentada (e demais agricultores familiares inseridos nessa lógica), pois impuseram condições para comercializar os seus produtos. Ou seja, uma das exigências básica da referida legislação é implantação de uma cozinha industrial, sendo de alto custo e extremamente desconexa com a realidade socioeconômica do campesinato.

Após essas considerações sobre as suas dificuldades, o pequeno agricultor familiar levou o grupo de visitantes para observar a sua fruticultura de maracujá. No caminho ele contou que recorre ao uso de veneno (acefato) por conta da incidência de pragas e perda de frutos constantes. Assim, por meio de sua fala percebeu-se que ele não usa adequadamente os EPIs (equipamentos de proteção individual) mesmo sabendo dos riscos à saúde, e admitiu não ter apoio técnico ou educacional para lidar adequadamente com essas questões e manejo de pragas.

Não intencionalmente e por falta de orientação observou-se que as embalagens de agrotóxicos foram deixadas ao ar livres dentro de sacolinhas plásticas abertas e as mesmas penduradas em uma cerca. Tal situação é grave e prejudicial ao meio ambiente, pois além de contaminar a fauna e flora, em período chuvoso pode-se infiltrar no solo e



contaminar os lençóis freáticos e canais fluviais, como no caso de um rio que atravessa a propriedade dele. Dessa forma, o dono do lote foi orientado sobre esse problema de armazenamento.

O agrotóxico utilizado no maracujazeiro, o Acefato é extremamente tóxico para a saúde humana, o produto foi banido internacionalmente (Estado Unidos e União Europeia) e proibido no Brasil, conforme afirma Carneio *et al* (2012). Percebe-se que esse veneno continua a ser comercializado ilegalmente no país, como no caso desse pequeno produtor familiar, que admitiu compra-lo em Itapuranga (GO) uma outra localidade próxima ao seu município. O processo de aquisição é feito diretamente na loja agrícola, onde o “cliente” explica como está ou o que está ocorrendo com seu cultivo e o vendedor indica o agrotóxico, sem ir verificar realmente o problema.

Conforme o relato de indignação do assentado os agrônomos nessas lojas apenas indicam o produto que acha melhor, tanto em Goiás quanto em Itapuranga eles não visitam a produção para diagnosticá-la adequadamente, ele afirmou ter pagado pelas visitas algumas vezes, mas elas nunca ocorreram. Dessa forma fica por conta e risco dele decidir o método e quantidade de veneno a ser aplicado na cultura. Segundo informações dos agrônomos que estavam com o grupo, a diminuição da quantidade dos frutos de maracujá está ligada ao uso do Alcefato, que além de eliminar as pragas mata também os insetos polinizadores como as abelhas e besouros mangangás. Ademais, o adubo/fertilizante mineral aplicado pelo pequeno agricultor familiar, o NPK 20 20 20 é excessivo, sendo aconselhado a usar 10 10 10 com intuito de ajudar no desenvolvimento do fruto. De modo geral, tal situação comprova a falta de assistência técnica e ausência de orientação adequada para as pessoas que vivem no campo.

Posteriormente, visitou-se a comunidade São João do Monte Alegre, especificamente conversou-se com o representante da comunidade, que explicou sobre o local onde vive e um pouco sobre sua intoxicação com defensivos agrícolas. Tal acidente foi decisivo na sua reflexão pessoal sobre a sua prática agrícola realizada anteriormente. De acordo com sua exposição oral apenas ele não utiliza veneno na pequena produção familiar e acredita que outros mesmo orientados aplicam agrotóxicos.

Esse camponês ao relatar seu “auto” envenenamento há aproximadamente dez anos ou mais, ele não se recorda do nome exato do agrotóxico, mas que usava com maior frequência o DDT, e por não usar EPIs (nem havia meio para consegui-los) inalou-se e



teve contato diário com uma quantidade excessiva do produto, além de assumir que não tomava cuidado com a aplicação. Logo após de sair da hospitalização, ele começou a refletir e buscar uma outra forma de agricultura numa perspectiva agroecológica, passou usar defensivos naturais e sementes crioulas.

Em sua visão de mundo as sementes crioulas são simples e necessárias, não precisar é comprar e nem de aduba-las, relata que as conhece desde sua infância. Atualmente, ele possui sementes crioulas de milho caiano, melancia e amendoim e nos mostrou algumas de suas variedades. Ademais, participa de programa de troca ou feiras de sementes, chegando até a busca-las em outro estado a fim de não usa frutos transgênicos ou que dependem de agrotóxicos.

Considerações Finais

As experiências de cada uma dessas pessoas com os agrotóxicos demonstram os riscos causados à saúde e os principais problemas que estão sujeito a ocorrer. No caso da família assentada compreende-se que ela possui uma clareza sobre essa prática prejudicial. Porém, encontram-se aprisionadas a ela, por não ter outra opção para lidar com estratégia agroecológicas, recorrem ao tradicional para evitar as pragas e economizar tempo, segundo ele reduz o trabalho realizado, pois no lote reside apenas o casal, no qual consideramos como família, cuja rotina diária torna-se puxada e cansativa com intuito de manter sua subsistência no espaço geográfico rural.

Por fim, acredita-se em um possível caminho de mudança, que seria uma transição agroecológica a ser desenvolvida tanto no assentamento, quanto na comunidade como uma estratégia de mudança paradigmática, um processo demorado e que precisa de outros suportes como políticas públicas adequadas a realidade do campo, assistência técnica efetiva e, principalmente, uma educação do campo e para o campo para manter os jovens e reproduzir o modo de vida rural.

Referências

CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; RIZOLLO, A.; MULLER, N. M.; ALEXANDRE, V. P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M. S. C. **Dossiê ABRASCO – Um alerta**



I SEMINÁRIO NACIONAL

Agrotóxicos, Impactos Socioambientais e
Direitos Humanos

III SEMINÁRIO GOIANO

Campanha Permanente Contra os
Agrotóxicos e Pela Vida



DE 25 À 28 DE JUNHO DE 2014 - UEG CAMPUS GOIÁS

sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: Parte 1 – Agrotóxicos, segurança alimentar e saúde. ABRASCO, Rio de Janeiro, 2012. 98 p.

Disponível

em:

<<http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/ABRASCODIVULGA/2012/DossieAGT.pdf>>.

Acesso em: 18 Jun. 2014.